

**UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA
ENTRE OS VERBOS MODAIS
E O USO DAS FORMAS DE FUTURO DO PRESENTE**

Josete Rocha dos Santos (ETEJK)

rochajosetefreitas@gmail.com

RESUMO

O atual estudo, pautado em textos jornalísticos (anúncios e editoriais) do português europeu e português brasileiro, séculos XIX e XX, tem por objetivo contribuir para um conhecimento mais amplo da modalidade escrita culta do português. Considera-se o caráter cognitivista da língua, reflexo do pensamento de uma coletividade, a fim de correlacionar duas correntes, aparentemente antagônicas: a sociolinguística variacionista (LABOV, 1972, 1994, 1996, 2003) e o funcionalismo givoniano (GIVÓN, 1979a, 1979b, 1995). O objeto de estudo é o futuro do presente analisado como fenômeno variável em suas três formas: futuro sintético (-RE), forma canônica de futuro; futuro perifrástico (IR + V); e presente, forma não marcada. Exemplificamos: futuro do presente - *Reassumirá* o seu cargo de administrador dos Correios, desta capital, o major Antonio Theodoro da Silva Costa. (*Jornal Correio da Manhã*, Ano II, 1 jul. 1902); futuro perifrástico - O Fluminense *vai inaugurar* jogos noturnos também em Campos. (*Jornal Gazeta de Notícias*, 27 ago. 1930); presente - *Realiza-se*, amanhã, no Theatro Apollo, a festa artística do actor Luiz Pinto. (*Jornal Correio da Manhã*, 01 out. 1902). Em termos específicos, objetivamos constatar se o desuso da forma canônica de futuro, já ocorrido na oralidade, conforme estudos anteriores (SANTOS, 1997; POPLACK & TURPIN, 1999; SANTOS, 2000; GIBBON, 2000/2003; SILVA, 2002; COSTA, 2003; GRYNER, 2003; MALVAR, 2003; CALLOU, 2005; OLIVEIRA, 2006; BRAGANÇA, 2008; MIQUELINA, 2008 e MACIEL, 2009), também ocorre, em escala menor, na escrita.

Palavras-chave: Abordagem sociocognitiva. Verbos modais.
Futuro do presente. Norma culta escrita. Modalidade.

1. Introdução

Na concepção de Givón (1995), a noção de modalidade é reinterpretada em moldes comunicativos considerando a interação falante/ouvinte. O falante imprime ao esquema proposicional estratégias linguísticas relacionadas ao seu grau de comprometimento com a informação veiculada. Ao ouvinte, compete interpretar o grau de certeza atribuído à proposição pelo falante. Assim, temos um processo bidirecional envolvendo as intenções comunicativas do falante e do ouvinte, passando pelas estratégias linguísticas implementadas por ambos.

A modalidade é implementada por este caráter interativo. Assim,

pretendemos estudar a correlação entre os verbos modais e as formas de futuro do presente analisando a modalidade epistêmica e deôntica no uso destas formas.

A seguir, apresentamos quatro exemplos retirados da *Revista Veja*¹⁰⁸ contendo as quatro formas codificantes de futuro do presente:

Futuro simples em perífrase (irei + v) – O mercado parece estar apostando que *Ciro é de direita, que se ganhar, irá ficar só com o PFL e refazer a aliança clássica com o PMDB.*

Futuro simples (-rei) – O quadro eleitoral era o seguinte na semana passada: a não ser que surja um fato novo, *haverá segundo turno, e Lula estará nele. A questão é saber contra quem. A última rodada do Ibope sugere que será contra* *Ciro Gomes ou José Serra.*

Futuro perifrástico (ir + v) – *Aqui, na Bahia, vou dar a* *Ciro uns 3 milhões de votos”, diz o ex-governador Antonio Carlos Magalhães.*

Presente (forma não marcada) – *Na semana passada, o técnico do penta, Luiz Felipe Scolari, anunciou que vota em* *Ciro.*

Partimos da seguinte hipótese: a escolha das formas de futuro, acompanhadas ou não de um verbo modal, está associada às modalidades epistêmica e deôntica.

É esta distinção que pretendemos abordar no nosso trabalho comparando a visão de base semântica formalista e do sociognitivismo.

A seguir, apresentamos um breve histórico sobre as formas de futuro do presente pelo fato de advirem de um verbo modal.

No terceiro tópico, apresentamos a distinção entre modo e modalidade, ponto fundamental para o nosso estudo.

No quarto tópico, definimos a noção de verbos modais e explicamos a sua especificidade.

Não poderíamos deixar de abordar o critério da marcação, como meta- iconicidade, para o entendimento das formas de futuro do presente. Isto será realizado no quinto tópico.

¹⁰⁸ Os exemplos foram retirados da Revista Veja nº 28 de 17 de julho de 2002.

No sexto, fazemos uma tentativa de analisar os verbos modais numa perspectiva sociognitivista.

E, finalmente, no último tópico, apresentamos as considerações finais e, no oitavo, as referências bibliográficas que serviram de base para o nosso estudo.

2. *O futuro deriva de um verbo modal*

2.1. O futuro simples

Denominamos futuro simples o exposto pelas gramáticas normativas como futuro do presente, processo indicado como futuro em relação ao momento da fala.

Câmara Jr. (1956, p. 25) afirma:

O impulso linguístico que criou um futuro gramatical, não foi o de situar o processo como posterior ao momento em que se fala, mas o de assinalar uma atitude do falante em relação a um processo posterior ao momento da enunciação.

A forma de futuro deriva do latim vulgar a partir das formas compactas do verbo latino *habere* no presente do indicativo seguida de verbo principal no infinitivo: “*cantabo > cantare habeo > cantarei ~ hei de cantar ~ vou cantar ~ canto*” (CÂMARA JR., 1986, p. 121). O verbo *habere* foi usado, inicialmente, como modal deôntico (*laudare habeo*), “hei de louvar” = “devo louvar”) para, a partir daí, tanto em português quanto em outras línguas românicas ser usado como morfema temporal (louvar – ei). Através da trajetória da gramaticalização, por volta do século XII, a perífrase foi compactada, à medida que passava a indicar um sentido de futuridade. No século XV, a forma já era de uso coloquial para expressar predição, sendo admitida dentro do discurso formal e literário nos séculos XVI e XVII (cf. FLEISCHMAN, 1982, p. 82).

A locução com o presente de *habere*, agora seguida do infinitivo, foi a construção preferida pelas línguas românicas. Inicialmente, era um futuro de intenção ou volitivo. Esse “futuro puro” românico surge no uso literário, sobrepondo-se ao uso do presente para expressão do futuro, no século IV.

A partir daí, consolidou-se com a aglutinação do auxiliar ao infi-

nitivo, um futuro românico flexional: port. *cantarei*, esp. *cantaré*, fr. *chanterai*, it. *canteró*, incisivamente, usando o futuro clássico: “Darás”¹⁰⁹. De acordo com o cronista, daí adviria o nome “Darás” para a localidade em que se passou a cena.

2.2. O futuro perifrástico

A primeira construção perifrástica, surgida no latim clássico, era formada pela combinação do futuro no particípio ativo em *-urus* acompanhada das formas em *sum: facturus sum, eram, ero etc.* O sentido mais comumente atribuído a essa construção já era de iminência. Além disso, investigadores percebiam, em certos exemplos, um sentido de intencionalidade e/ou destino (FLEISCHMAN, 1982, p. 35). Juret (1926, *apud* FLEISCHMAN, 1982, p. 35) rejeita categoricamente um sentido de iminência, preferindo, simplesmente, atribuir à construção um sentido de posteridade. Da mesma forma, Damourette & Pichon (1936, p. 288, *apud* FLEISCHMAN, 1982, p. 35) atribuíram sua própria categoria de posteridade. No entanto, admitiam um tom de iminência. Para todos esses sentidos, seriam acrescentados sentidos de propósito e futuridade.

Fleischman (1982, p. 83) afirma que, nas línguas modernas, o futuro perifrástico está marcando sequências temporais, no lugar do domínio exclusivo das formas sintéticas.

Um estudo do francês falado no Canadá (POPLACK & TURPIN, 1999, p. 7) aponta que a expressão verbal *aller* + infinitivo só era acompanhada pelo advérbio de tempo, através do qual se sustenta o sentido de futuridade, geralmente com a ideia de proximidade. Através da gramaticalização, a expressão verbal começou a conter em si mesma a noção de futuridade. Logo, sentenças expressando um sentido de ambiguidade começaram a aparecer isoladas de advérbios temporais.

Câmara Jr. (1956) afirma que dentre os tipos de locuções verbais, “destaca-se uma em que a significação temporal é primordial: aquela que se constrói com o auxiliar *ir* (vou falar, vou chegar *etc.*)”.

Segundo o autor, o futuro perifrástico se diferencia do presente

¹⁰⁹ Oppraesso rege Persarum, cum vinctum tenerit, in cathedram quae horifice sedere iussit quarens ei civitatis et provinias rei publice restituendas; factisque, pactionis vinculum firmit. Et ille respondebat: “Non dabo”. Iustinianus dicebat: “Darás”.

pelo fato de não ser um “futuro absoluto”, isto é, um processo posterior ao momento da fala. Constitui-se, assim, em um “futuro relativo”, processo cursivo iniciado a partir do momento da enunciação. Há, ainda, a intenção modal do sujeito. No português coloquial, a perífrase é uma construção enquanto se nota o desuso gradual da forma simples. Essa evolução semântica das locuções com *ir* no sentido amplo para marcar um fato posterior ao momento da enunciação, repete, segundo Câmara Jr., o ciclo ocorrido na fase românica quando ocorreu a substituição do futuro tradicional latino por locuções semelhantes.

2.3. O presente

Durante o Império Romano, já era comum empregar-se o presente do indicativo com o sentido de futuro. Esta substituição constava em todo tipo de texto. Em Cícero, o presente foi empregado em cláusulas condicionais (GRANDGENT, 1963, p. 99).

3. Distinção entre modo e modalidade

Vimos que a categoria temporal de futuro deriva de um verbo modal eivado do caráter deôntico – obrigatoriedade expressa na forma *habere*. Para a análise dos verbos modais, é fundamental definirmos, antes, a distinção entre modo e modalidade. Isto porque há uma imbricação entre os dois conceitos na gramática normativa.

3.1. A categoria de modo

A categoria gramatical de modo é identificada nas diversas línguas do mundo. O latim reconhece um sistema de modo – subjuntivo, indicativo e imperativo – igualmente reconhecido pelo grego clássico – subjuntivo, optativo. O inglês apresenta um sistema de verbos modais – *will, can, may, must*.

A origem greco-latina legou ao português um sistema de modo verbal acoplado à modalidade. A gramática tradicional distingue uma categoria flexional de modo, atribuindo noções distintas para o subjuntivo e para o indicativo, não usando o termo modalidade para referir-se às atitudes do indivíduo acerca do que fala.

Modo¹¹⁰ é, por definição, a categoria resultante da gramaticalização¹¹¹ da modalidade epistêmica, deôntica ou de qualquer outro tipo (cf. LYONS, 1995, p. 332). Há muitas línguas no mundo que têm vários modos não indicativos para tipos diferentes de modalidade epistêmica, mas não possuem um modo indicativo, considerado pelos linguistas e lógicos como o modo semanticamente neutro ou não marcado.

O paradigma de modo, comum às línguas românicas como o português, o francês e o espanhol, associa esta categoria ao sistema flexional de verbo. Da mesma forma, a modalidade, ou seja, a atitude do indivíduo, perante um evento, está ligada ao sistema gramatical de modo verbal.

(...) eles (subjuntivo, indicativo e imperativo) expressam certas atitudes da mente do falante em relação ao conteúdo da sentença, embora, em alguns casos, a escolha do modo seja determinada não pela atitude do falante real, mas pela própria cláusula e sua relação com o nexos principal da qual é dependente. Ainda é muito importante que falemos de ‘modo’ apenas se a atitude da mente é mostrada na forma do verbo: modo é uma categoria sintática, não uma categoria nocional. (JESPERSEN, 1924, p. 313, *apud* PALMER, 1986, p. 9-10)

3.2. Definição de modalidade na abordagem semântica

Muitos estudiosos, desde Aristóteles, têm procurado definir e classificar o termo modalidade. Até certo tempo, os interesses ficaram restritos, basicamente, ao âmbito das modalidades aléticas (do grego “alético” = “verdadeiro”), denominadas também lógicas ou aristotélicas: aquelas concernentes às relações entre o locutor e o universo de referência. Parafraseando, pautaram-se na descrição da relação entre a verdade e a falsidade das proposições, apresentando uma gradação da proposição aleticamente necessária à aleticamente possível.

Mais recentemente, diversas propostas têm surgido. Basicamente, tem se considerado dois tipos principais de modalidade: a epistêmica e a deôntica (cf. LYONS, 1977; PALMER, 1986, GIVÓN, 1995).

Palmer (1986, p. 18) define modalidade como sendo a gramática-

¹¹⁰ Modo é a categoria resultante da modalidade. As gramáticas não usam o termo modalidade. Modo é o sistema gramatical. Modalidade é o termo semântico (atitudes internas do falante diante de um evento).

¹¹¹ O termo “gramaticalização” está sendo usado neste trabalho como sinônimo de “cristalização”.

lização das atitudes subjetivas e opiniões do falante. A modalidade epistêmica relaciona-se ao conhecimento, crença ou opinião, enquanto a modalidade deontica refere-se à necessidade ou à possibilidade de atos performativos pelo agente moralmente responsável.

De acordo com Givón (1995, p. 112), há dois tipos de modalidades conforme a atitude do falante:

- (a) atitudes epistêmicas: verdade, crença, probabilidade, certeza, evidência
- (b) atitudes avaliativas: desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, manipulação.

O termo “epistêmico”, assim como epistemologia, deriva do grego. A modalidade epistêmica diz respeito ao conhecimento, à crença do falante sobre o conteúdo das proposições enunciadas, indicando o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição: certeza da realização do fato à suposição de uma ocorrência provável, possível ou mesmo improvável. Como está inserida no âmbito do *irrealis*, a modalidade epistêmica envolve um significado intrínseco de incerteza epistêmica, por apresentar baixa certeza ou baixa probabilidade em relação à ocorrência dos fatos (GIVÓN, 1995).

A modalidade deontica está ligada ao uso da linguagem para expressar, de um lado, uma vontade, um desejo e, de outro, para conseguir a satisfação dessa vontade através da imposição feita aos outros¹¹². Está incluída no âmbito das normas de moral e conduta, direitos e deveres. Há uma escala classificatória do fato visto como obrigatório até o permitido. Sem dúvida, a expressão de julgamentos deonticos tem a sua realização efetuada no futuro, verificando-se uma correspondência entre modalidade deontica e futuridade, o nosso principal interesse. Observe-se que, diferentemente da modalidade deontica, a modalidade epistêmica não exibe o traço inerente de futuridade. Há uma base interativa na modalidade correspondente ao conhecimento do falante/ouvinte com relação a um evento ou estado, à capacidade de o falante expressar evidências acerca deste conhecimento e à capacidade do ouvinte de refutar, desafiar este conhecimento.

¹¹² Em síntese, a modalidade epistêmica diz respeito à crença, ao conhecimento. Por sua vez, a modalidade deontica diz respeito à satisfação da vontade do falante através da imposição feita aos outros.

Conforme veremos (cf. p. 16), em oposição ao passado e ao presente, o futuro, valor temporal dos fatos ainda não vivenciados, situa-se no âmbito do *irrealis*, a categoria de modalidade responsável por retratar a possibilidade de o evento *vir a ser*¹¹³. O caráter modal de dúvida, como uma irrealidade em perspectiva, é atribuído ao futuro do presente (CÁ-MARA JR., 1967, p. 55-56).

3.3. A modalidade na abordagem sociognitivista

Baseando-nos nos estudos de Sweetser (1990) e Miranda (2005), apresentamos uma abordagem sociognitivista para a modalidade.

Há uma diferença quanto ao trato da modalidade linguística em termos de estruturas lógico-formais e de procedimentos de ordem socio-cognitiva: uma semântica de base sociocognitiva rejeita a equação linguagem-realidade. Numa perspectiva formalista, a tarefa semântica consiste em utilizar a expressão linguística como objeto, distinguir o conjunto de condições de verdade de cada proposição, ou seja, o conjunto de universos possíveis nos quais uma proposição é verdadeira.

Esses modelos não se pautam na mente humana, mas nos modelos do mundo tal qual é ou poderia/deveria ser.

Pretendemos, aqui, mostrar que a modalidade está associada à teoria de espaços mentais postulada pela linguística cognitiva (FAUCONNIER, 1994, 1997 *apud* MIRANDA, 2005). Entendemos espaços mentais como sendo operadores de domínios cognitivos e, por isso, implicam a dinamicidade e a densidade dos processos sociais e cognitivos de construção dos significados. Os espaços mentais constroem-se dinamicamente no fluxo comunicativo. Logo, não são representações da realidade ou de mundos ideais. Sob essa perspectiva, um espaço de crença, por exemplo, não é uma crença ou um estado de crença, mas uma representação de uma forma de pensar e falar.

Com base nesse conceito, passamos a delimitar o fenômeno da modalidade nos seguintes termos: a modalidade consiste no aumento de domínios epistêmicos por um operador de causa que se implementa na interação (MIRANDA, 2005, p. 179). Melhor dizendo, a modalidade apresenta um caráter intrinsecamente interacional de intencionalidade.

¹¹³ O futuro é o modo *irrealis* por excelência.

De acordo com Clark (1992, 1996), a linguagem é ação conjunta. Não há linguagem fora da interação e a modalidade é a impulsão desse processo (TOMASELLO, 1999 *apud* MIRANDA, 2005). Sendo assim, assumimos a postura de MIRANDA (2005, p. 180) ao dizer que “o núcleo definidor do fenômeno da modalidade seja o processo interacional em si”. Seguindo este viés, a análise desse fenômeno se dá no processo discursivo em que não há separação entre o semântico-linguístico interacional e o cognitivo.

Assim, concordamos com Miranda (2005) ao dizer que a modalidade “gerencia” a interação. Isto é, a modalidade é uma categoria linguística que sinaliza e suscita o processo de construção da identidade. Esse processo diz respeito ao engajamento, projeção e reconhecimento entre os organismos individuais configurando os agentes intencionais e os agentes mentais.

Enquanto agentes intencionais, os sujeitos vão dinamicamente configurando papéis de modo a promover ajustes no foco comunicativo, remover obstáculos e, assim, chegar a um entendimento.

A categoria linguística da modalidade vai apontar para essa construção dramática. Com base nesta afirmação, por que não dizer que a modalidade é a semiose da face e, daí, implementar a interação? Isto, em termos discursivos, corresponde a sinalizar o trabalho com a face, regular a entrada em cena dos sujeitos participantes e o jogo de forças instaurado nessa encenação. Sendo assim, a expressão semiótica da modalidade é um sinal que impede os participantes de perderem de vista os papéis que se configuram, se alteram e se refazem na cena comunicativa.

Sweetser (1990) aponta, pautada no conceito de esquema imagético¹¹⁴ proposto por Lakoff (1987) e Talmy (1988), a existência de um sistema metafórico estruturado e responsável pela projeção das experiências do domínio físico em termos do domínio mental. Para simplificar, faz parte do pressuposto cognitivista que o nosso domínio interior é, em grande parte, uma abstração, uma projeção metafórica da dimensão exte-

¹¹⁴ Esquemas imagéticos seriam *gestalts* experienciais minimamente estruturadas, que permitiriam a organização de um número indefinidamente grande de percepções, imagens e eventos (Lakoff, 1987: 20). Esquemas imagéticos estruturam nossa experiência pré-conceitual. Existe uma relação de correspondência entre esquemas imagéticos e conceitos (cerne experiencial do pensamento). Metáforas projetam esquemas imagéticos em domínios abstratos, perseverando sua lógica de base (princípio da invariância).

rior, da nossa experiência física e também social.

Para Sweetser (1990), o esquema de causa como imposição de forças e como suspensão de barreiras configura a Hipótese da Dinâmica de Forças. Ao assumir essa hipótese, Sweetser postula esse esquema como a noção geratriz da modalidade. Assim sendo, a experiência física da dinâmica de forças motivaria conceitualmente o esquema de causalidade intencional (cf. SWEETSER, 1990, p. 52) e este domínio, projetando-se em termos metafóricos, no domínio social, constitui o conteúdo deontico da modalidade e, no domínio conceptual, o conteúdo epistêmico da modalidade.

Nesse novo viés, esses dois domínios da modalidade, vistos tradicionalmente como campos semânticos estanques, passariam, pois, a ser recobertos por uma mesma base cognitiva, com motivação semântica unificada. Para Sweetser (1990, p. 52), tal princípio semântico, quer no domínio epistêmico quanto no deontico, implica intencionalidade. Está aí a diferença de enfoque se comparado à visão semântica formalista.

Em contrapartida, Sweetser (1990) e Miranda (2005) apresentam uma diferença explícita sobre a perspectiva cognitiva quanto ao tratamento da modalidade em termos da hipótese da dinâmica das forças em termos do gerenciamento da interação. A primeira autora defende que a intencionalidade decorre da causa e, para a segunda, a gênese da noção de causa está na intencionalidade, isto é, a psicogênese da causa engendra-se na experiência intencional, na interação. Tomasello (1990 *apud* MIRANDA, 2005) afirma: “a interação está na origem de tudo – da cognição humana aos esquemas conceptuais como a ‘causa’”.

Em síntese, o que temos são sujeitos, agentes intencionais, que se projetam e constroem suas identidades através do outro e, nesse processo, experimentam diferentes espaços discursivos no esforço de defesa e proteção da face. A metáfora da causa insere-se como imposição de forças/suspensão de barreiras comunicativas para a configuração semântico-linguística para fazer com que o sujeito simbolicamente se represente diante do outro. Um ponto de suma importância: para alcançar seus interlocutores e fazê-los compreender as diferentes imagens projetadas de si mesmos no fluxo das interações, os sujeitos abrem espaço ou então impedem a passagem através dessa construção metafórica implementada pela linguagem que é a modalidade. No dizer de Fillmore (*apud* MIRANDA, 2005), isto é denominado postura epistêmica.

Esta concepção de modalidade constitui-se como um exemplo cla-

ro do tipo de representação efetuado pela hipótese sociocognitiva.

Conforme visto (cf. p. 11), nesse viés, concebe-se um processo sociocognitivista através do qual os sujeitos se constituem como agentes intencionais e mentais.

Seguindo esse raciocínio, a modalidade deôntica equivale à imposição de forças e suspensão de barreiras no domínio da ação (mundo social, real). Quanto à modalidade epistêmica, as forças que se impõem ou as barreiras que se suspendem originam-se de um corpo de premissas – causa – que compelem o raciocínio do falante/interlocutor em determinada direção, ou rumo a uma conclusão. A relação da contraparte interdomínios está neste ponto: a imposição de força (obrigação) ou a suspensão de barreiras (permissão) no plano da conduta (mundo social, real) é entendida como necessidade/possibilidade de algo vir a ser na dimensão epistêmica.

4. Os auxiliares modais: verbos especiais

Palmer (1986, p. 33) define os auxiliares modais como verbos especiais associados à modalidade. Mira Mateus *et al.* (1983, p. 152) definiu, anteriormente, os modais como verbos que constituem por si só “modalidades lexicalizadas – necessária, possível ou contingente”. Dubois (1973, p. 319) traçou uma correspondência entre os verbos modais e a opinião do falante. Assim como Mira Mateus *et al.*, considera os auxiliares modais verbos pertencentes a uma classe de auxiliares verbais responsáveis por expressar as modalidades lógicas (contingente *vs* necessário, provável *vs* possível). Segundo a autora, o falante usa o modal para expressar um julgamento do fato como possível, necessário, como consequência lógica ou resultado de uma decisão.

Câmara Jr. (1967, p. 60) define os verbos modais desta forma:

Conjunto de formas verbais para um dado verbo, também ditas formas compostas, em que esse verbo aparece numa de suas formas verbo-nominais e a parte flexional de modo, tempo e pessoa cabe e um verbo que sofreu gramaticalização e passa a auxiliar.

Baseando-nos neste pensamento, questionamos: os verbos modais teriam um comportamento diferenciado dos não modais? Além disto, o sujeito, no contexto interacional, ao optar pela forma canônica de futuro do presente (-rei) dispensaria o uso do verbo modal pelo fato de os dois denotarem futuridade? Provavelmente sim.

O exemplo¹¹⁵, a seguir, mostra o uso do verbo “ter” isolado e depois acompanhado do verbo modal “poder”.

(5) Hoje nós temos um governador da oposição. A partir de 15 de novembro, seguramente, nós **temos** menos 15 governadores da oposição. Nós **poderemos ter** um projeto para viabilizar a federação, não para viabilizar, mas para restabelecer a federação. (M.T., 1982, p. 17).

Nota-se na primeira ocorrência do verbo “ter”, um traço maior de assertividade não presente na segunda. Ao usar o verbo “poder”, o falante incutiu uma nuance de possibilidade ou eventualidade. Isto é, inicialmente, o sujeito da enunciação foi mais categórico. Com o uso do modal, este teor de categoricidade desapareceu.

Partimos da seguinte hipótese: a distinção entre as modalidades epistêmica (crença, verdade, probabilidade, (in)certeza, evidência, eventualidade) e deôntica (capacidade, habilidade, obrigação, manipulação, necessidade, permissão) é relevante para que o sujeito, ao implementar a comunicação, cognitivamente, opte por uma das formas de futuro do presente (cf. exemplos da p. 3) se acompanhadas de um verbo modal. Melhor explicando: o falante ao usar um auxiliar modal, opta, preferencialmente, pela forma simples de presente (cf. exemplo a seguir), pois o modal já denota futuridade. Assim, evita sobrecarregar a noção de futuridade usando um verbo modal no futuro canônico (-rei).

(6) Os governadores **devem se reunir** logo após a proclamação do resultado e **devem elaborar** uma proposta breve, uma proposta sucinta, uma proposta clara e pedir uma audiência ao Presidente da República... (M.T., 1982, p. 18)

Como vimos, nas duas ocorrências com verbos modais, o falante opta pelo presente, tempo não marcado. A noção de futuridade está imbuída no verbo modal *dever*. Quanto à análise da modalidade, o predicado modal apresenta a possibilidade de uma leitura tanto epistêmica quanto deôntica e isto evidencia o caráter polissêmico desses operadores. Somente no discurso é possível delimitar o conteúdo de modalidade desses conteúdos linguísticos. Em síntese, os eventos de modalidade evidenciam um caráter polissêmico.

No capítulo 6, procederemos à análise de enunciados com os verbos modais ‘poder’, ‘dever’, ‘ter que’, ‘precisar’, ‘ir’ e ‘querer’. Antes, porém, é importante explanarmos o critério da marcação como estudo da

¹¹⁵ Os exemplos citados, neste trabalho, foram retirados de um corpus de entrevistas formais da Rádio JB na década de 90.

meta-iconicidade.

5. O critério da marcação como meta-iconicidade

Como construto teórico, marcação pressupõe a noção de complexidade formal. Assim, a forma marcada é estruturalmente mais complexa em termos de extensão – por exemplo, forma canônica do futuro do presente (-rei) – se comparada à forma não marcada – presente simples.

Porém, há outros pontos sobre complexidade formal que são centrais para o nosso entendimento sobre marcação.

Na concepção funcional de Givón, a noção de modalidade é reinterpretada em moldes comunicativos considerando a interação falante/ouvinte. O falante imprime ao esquema proposicional estratégias linguísticas relacionadas ao seu grau de comprometimento com a informação veiculada. Ao ouvinte compete interpretar o grau de certeza atribuído à proposição pelo falante. Há um processo bidirecional assim representado: intenção comunicativa \Rightarrow estratégias linguísticas (falante) / estratégias linguísticas \Rightarrow intenção comunicativa (ouvinte).

As pessoas tendem a falar mais sobre eventos pressupostos, eventos *realis*, eventos terminados ou ainda em sequência, experienciados, ou com um tempo determinado de ocorrência. Esse é o motivo por que as categorias não marcadas da pressuposição e do *realis* são mais frequentes no discurso.

Parte, daí, o princípio da marcação que, segundo Givón (1995, p. 27), é um fenômeno dependente do contexto por excelência. Três critérios podem ser usados para distinguir a estrutura marcada da não marcada:

- (a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa, em termos de extensão, do que a categoria não marcada;
- (b) distribuição de frequência: a categoria marcada (figura) tende a ser menos frequente, portanto, cognitivamente mais saliente do que a categoria não marcada correspondente;
- (c) complexidade cognitiva: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa em termos de esforço mental, atenção ou tempo de processamento do que a não marcada. (GIVÓN, 1995, p. 28)

O conceito de marcação está correlacionado ao conceito de iconicidade. Este último remonta a Aristóteles: “o pensamento reflete a realidade e a linguagem reflete o pensamento”. De acordo com o princípio da

iconicidade, existe uma relação não arbitrária entre o código e a mensagem nas línguas humanas.

Associamos o critério da marcação ao uso das variantes de futuro – a forma canônica – (-rei), a perifrástica IR+V e o presente. O futuro simples é a forma marcada por apresentar maior complexidade estrutural evidenciada pelo morfema modo-temporal (-rei); é menos frequente no contexto oral e informal – forma em desuso – e, conseqüentemente, é cognitivamente mais complexa em termos de esforço mental. Em termos cognitivos, o processamento de eventos futuros imaginados requer maior esforço e atenção em relação aos eventos conhecidos e já ocorridos (pretérito) ou que estão ocorrendo no momento da enunciação – presente, forma não marcada por ser simples e menos complexa em termos cognitivos para expressar eventos futuros realizáveis e, portanto, é mais frequente. A perífrase IR+V¹¹⁶, constituída originariamente por um modal no presente, também é uma forma não marcada.

6. Uma análise dos verbos modais

Neste capítulo, a partir da distinção entre modalidade deôntica e epistêmica, realizada por Palmer (1986) para os verbos modais ingleses *may*, *must* e *should*, Sweetser (1990) e aplicando a conceituação de Miranda (2005), traçamos uma análise dos verbos ‘poder’, ‘dever’, ‘ter

¹¹⁶ Givón estabelece a comparação:

- a) Verbo de movimento: Ela vai para Chicago.
- b) Cláusula final: Ela vai lá para comprar uma casa.
- c) Auxiliar modal de futuro: Ela vai abandoná-lo.⁴⁶ (GIVÓN, 1995, p. 121)

Gryner (1997) afirma que no português falado atual convivem os três estágios do verbo IR + V:

- d) verbo pleno: IR indicando movimento no espaço e no tempo. Conjugado em todos os tempos e modos. Observe o exemplo: “Eu **VOU** para os Estados Unidos sozinha. Mas é bom viajar acompanhado, né?” (C.L., 1982, p. 15)
- e) verbo auxiliar modal: IR indica um movimento com objetivo, uma atitude intencional. Assim como os verbos plenos, conjuga-se em todos os tempos e modos. “Vai pintar aí a decisão de Winblendon, aí eu **VOU** lá **VER**, **VOU ASSISTIR**, cê entende?” (M.H., 1982, p. 26)
- f) verbo auxiliar temporal: IR indica futuro. É conjugado apenas no presente do indicativo (vai), só aceita covariação com a forma de futuro sintético. “Eu não acho certo a mulher ser polícia porque a mulher **VAI SER** (= SERÁ) muito mais agressiva que o homem, entendeu?” (V.S., 1982, p. 12)

que’, ‘precisar’, ‘ir’ e ‘querer’.

Conforme visto (cf. capítulo 4), a ausência desses verbos acarreta uma informação categórica, com um grau maior de assertividade, fatualidade: “A economia americana se *tornará* a número “um” para sempre.” (B.S., 1980)

Em contrapartida, os verbos modais são por si sós denotadores de *irrealis* (cf. capítulo 4). Um verbo modal com marca de futuro constitui redundância. Se os verbos modais já indicam a irrealidade e/ou subjetividade do falante, a marca (–rei) seria redundante na expressão desse *irrealis* (cf. exemplos a seguir). O futuro insere-se no âmbito da irrealidade, modalidade *irrealis*.

Segundo Givón (1995, p. 121), a modalidade deôntica – objetiva – implica uma noção de futuridade, por isso abarca, necessariamente, o traço da incerteza epistêmica. Por outro lado, modalidade epistêmica – subjetiva – não possui necessariamente algum traço característico da deôntica. Conclui-se, então, que a modalidade deôntica é cognitivamente mais complexa que a epistêmica, levando ao preenchimento do critério da complexidade cognitiva, uma das características do critério da marcação. Assim, a modalidade deôntica é marcada em relação à epistêmica.

Unimos verbos, semanticamente, análogos. Os eventos de modalidade são polissêmicos. Assim, apresentamos uma leitura deôntica e uma leitura epistêmica para os enunciados.

6.1. ‘Ter que’ e ‘precisar’

(7) Entretanto, eu tenho a impressão de que **teremos que passar** ainda a fase da economia de guerra para que a indução de recursos e recursos maciços venha a se realizar ainda neste começo dos anos oitenta. (C.M., 1982: 15)

(8) O pessoal fala assim: “Oh, do jeito que esse regime tá, a gente **precisa conseguir** um estágio antes, de democracia (C. G., 1981: 13)

Leitura deôntica: imposição de força de um agente que ordena, que estabelece necessidade para outro. No primeiro caso, o agente intencional sente a necessidade de algo, mas quase no eixo da obrigatoriedade. No segundo exemplo, fica o eixo da necessidade mais do que o da obrigação.

Leitura epistêmica: imposição de força ao raciocínio: evidências avaliáveis – probabilidade – de o evento vir a ocorrer.

6.2. ‘Dever’ e ‘poder’

(9) O drama é que a universidade brasileira, com esta estrutura de custo, está acabando, **poderá se transformar** talvez no Colegião, e aí de fato vai haver o problema da queda do ensino.

(10) A maioria das empresas funciona com capacidade de produzir, muito baixa. Elas **podem produzir** muito mais. (C. G., 1981)

(11) É uma especialização em mercado de trabalho. É uma questão de título, pó. Quer dizer, daí pra frente, mesmo que ele saia da Abril, ele **vai poder competir** no mercado de trabalho publicitário. (C.L., 1981; 24)

Leitura deôntica: dentro de molduras comunicativas, vemos a representação dramática do evento que implica a imposição de forças/suspensão de barreiras de um participante (causa) sobre o interlocutor, de modo a levá-lo a assumir determinada conduta. Trata-se de situações implementada forçosamente (social ou epistemologicamente).

Leitura epistêmica: suspensão de barreiras ao raciocínio: algumas premissas levam a concluir sobre a possibilidade de o evento vir a ocorrer. Trata-se situações permitidas (social ou epistemologicamente).

Sweetser (1990, p. 40-75) lista os enquadres possíveis da modalidade no inglês. Transferindo para o português, temos os enquadres possíveis mais prototípicos, ou seja, mais gramaticalizados (mais centrais) e seriam gerados pelos verbos auxiliares modais: poder, dever, ter de (que) e querer (cf. SALOMÃO, 1990, p. 243-277)

6.3. ‘Ir’ e ‘querer’

A referência ao tempo futuro deriva diacronicamente de expressões modais (COMRIE, 1985, p. 43). A primeira modalidade de futuro está associada à intenção. Câmara Jr. (1956) considera que o auxiliar ‘ir’, ao ser usado em locução denotativa de futuro, mantém uma conotação modal de intenção do sujeito (cf. p. 18), derivada de seu sentido lexical de ‘movimento físico’. Outros estudiosos sobre o futuro são unânimes: intenção é um aspecto importante para indicar predição, futuridade (BYBEE *et al.*, 1994, p. 256). O estágio para chegar à predição: desejo > espontaneidade > intenção > predição (cf. *op. cit.*). Por isso, concordando com BYBEE *et al.* (1994, p. 280), inserimos o futuro no âmbito da modalidade epistêmica.

Esses dois verbos, ‘ir’ e ‘querer’, estão relacionados à intenção. Já mostramos, no capítulo anterior, os três estágios da perífrase IR+V no

português atual, Gryner (1997) admite o funcionamento da perífrase, em alguns contextos, como auxiliar modal, indicador de um movimento objetivo, uma atitude intencional. Nesse caso, defendemos que é um modal assim como os demais já mencionados.

(12) Deve ser preconceito, né? Ela quando os filhos são pequenos, ela não deixa tomar sol pra não ficar preto. Ela é preta e o marido é preto. Mas os filhos de preto é sempre mais clarinho, né? Depois, com o tempo, vai escurecendo. Então, ela não deixa pegar sol para criança não fica preta. Deve ser preconceito, né? Porque eu sou preto, o marido preto, como é que eu **vou ter (quero ter)** um filho branco? Só se não é filho do meu marido, né? (E. L., 1980, p. 15)

Conforme visto anteriormente (cf. seção 3.3), a experiência física da dinâmica de forças internas ou externas – sociais – motivaria conceitualmente o esquema de causalidade intencional (SWEETSER, 1990) e este domínio, projetando-se metaforicamente no domínio social, constituiria o conteúdo deontico e o conteúdo epistêmico da modalidade. De acordo com essa visão, esses dois domínios díspares passariam a ser recobertos por uma mesma base cognitiva: o caráter intencional, acarretando, desta forma, uma motivação unificada.

7. *Considerações finais*

Neste trabalho, procuramos traçar uma correlação entre os verbos modais e o uso das formas de futuro do presente (cf. exemplos na p. 1). Inicialmente, fizemos uma abordagem histórica das formas de futuro por serem derivadas de um verbo modal e, naturalmente, estarem imbuídas de um caráter modalizador. A categoria de futuro não surge pela necessidade da expressão temporal, mas pela concretude de certas necessidades modais. Conforme mencionado, o futuro começa como modal deontico (*laudare habeo* = ‘hei de louvar’ = devo louvar). O futuro está no âmbito do *irrealis* por denotar fatos ainda não vivenciados, porém, passíveis de serem. O caráter modal de dúvida sempre está presente nas acepções de futuro. Por isto, defendemos que o futuro é um modo e não um tempo. O tempo é concreto. O modo é abstração. O modo é um olhar sobre a ação. E como o mundo é construído discursivamente, usamos o futuro como um modo de olhar a ação projetando um evento no vir a ser, irrealidade em perspectiva.

Correlacionando os verbos modais às formas de futuro, percebemos o fato de o falante, preferencialmente, usar os verbos modais no presente. Isto porque por si sós já expressam futuridade prescindindo, assim,

da forma simples (-rei). Se o futuro insere-se no âmbito *irrealis* e os verbos modais também possuem essa característica, o uso destes verbos especiais associados à forma marcada (-rei) será redundante na expressão de o evento vir a ser. Daí, a tendência de os falantes da língua, cada vez mais, expressarem eventos futuros usando a forma perifrástica (ir + v) ou verbos modais. O futuro simples, forma marcada por apresentar complexidade estrutural e cognitiva, tende a ser menos frequente.

Quanto aos fenômenos da modalização, corroboramos com a ideia preconizada de haver um caráter intrinsecamente interacional da intencionalidade como definidor da modalidade. Sem dúvida, a modalidade acarreta efeitos discursivos no esforço de defesa e proteção da face nas interações comunicativas. A postura epistêmica do sujeito diante do conhecimentos dos fatos – neutralidade, positividade e negatividade – coo- peram para as estratégias de polidez

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, Joan *et al.* *The Evolution of Grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world.* Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.

_____; FLEISCHMAN, Suzanne (Ed.). *Modality in Grammar and discourse: Typological studies in language.* Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins, 1995.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Uma forma verbal portuguesa – estudo estilístico gramatical.* Tese apresentada no concurso para a cadeira de língua portuguesa da Faculdade de Filosofia. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1956.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Pa- drão, 1975.

CLARK, Herbert H. *Arenas of Language.* The University of Chicago Press, 1992.

COMRIE, Bernard. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems.* Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

_____. *Tense.* Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CUNHA, M. A. F.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. Space Accessibility and

Mood in Spanish. In: _____. *Spaces, Worlds and Grammar*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GRANDGENT, C. H. *Introdução ao latim vulgar*. 3. ed. Trad.: Francisco de B. Moel. Madrid: Conselho Superior de Investigação Científica, 1963.

GRYNER, Helena. *De volta às origens do futuro: condicionais possíveis e a perífrase ir + infinitivo*. São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos, 1997.

HOPPER, Paul. Aspect and foregrounding in discours. In: _____. *Syntax and Semantics* v. 12: Discourse and Syntax. Ed. Talmy Givón, 213 – 214. New York: Academic Press, 1979.

LYONS, John. *Linguistic Semantics: an introduction*. New York: Cambridge University Press, 1995.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983. 568p.

MIRANDA, Neusa Salim. Modalidade: o gerenciamento da interação. In: _____. *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge textbooks in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

POPLACK, Shana; TURPIN, Danielle. *Does the FUTUR have a future in (Canadian) French?* Canadá: University of Ottawa, 1999.

SALOMÃO, M. M. Polisemy. *Aspect and modality in Brazilian Portuguese: the case for a cognitive explanation of grammar*. Berkeley: University of California, 1990. Tese de Doutorado.

SANTOS, Josete Rocha dos. *A variação entre as formas de futuro no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*. 2000. Dissertação de Mestrado em linguística. UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro.

_____. O futuro verbal é um tempo ou um modo? *Cadernos do CNLF*, ano VI, n. 08 – Gramaticalização e estudos de gramática. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2003.

SWEETSER, Eve. Modality. In: _____. *From Etymology to Pragmatics – metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.